

## DOSSIÊ

# Quatro anos da Revista Política e Planejamento Regional (RPPR): um balanço das atividades editoriais

Rainer Randolph<sup>1</sup>

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro<sup>2</sup>

### Introdução

O presente texto pretende ser, sem grandes ambições, um tipo de “prestação de contas” das atividades desenvolvidas pela Revista Política e Planejamento Regional (RPPR) nos seus quatro primeiros anos de existência. Lançada em 2014, a revista está voltada para temáticas como política, planejamento e desenvolvimento regionais a partir de uma perspectiva crítica e com destaque para as dimensões política e social. Foi criada em uma conjuntura particular, quando as desigualdades sociais e regionais no país ocupavam um lugar de destaque na agenda política e também acadêmica. Diante das recentes transformações no país e no exterior, é pertinente um exercício de avaliação das atividades editoriais da RPPR que ajudem a identificar o “lugar” da revista neste universo científico da área de Planejamento Regional, bem como refletir sobre possibilidades de reformulação. Espera-se que esta avaliação sirva também para debater sobre a necessidade de continuar o esforço de insistir na problematização, na reflexão, na identificação de potencialidades e desafios e na mobilização em torno das questões das desigualdades sociais e regionais no país.

### 1. Contexto

Para situar a RPPR no contexto de sua criação, é interessante observar a evolução das reflexões sobre a temática do planejamento e desenvolvimento regional nos primeiros decênios do século XXI no Brasil.

Pesquisa e ensino de pós-graduação em desenvolvimento regional ficaram durante muito tempo confinados em poucos centros e universidades; reflexo da pouca

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Econômicas e Sociais (Dr. rer.pol.), Professor nos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ e em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da UNOCHAPECÓ; editor-chefe da RPPR.

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal (UQAM); editor assistente da RPPR.

importância que a temática gozava nos anos 1990. Mas, na primeira década do século XX, houve um vertiginoso aumento do credenciamento de programas acadêmicos basicamente na subárea de Planejamento Urbano e Regional da CAPES para o qual os programas em Desenvolvimento Regional foram os principais responsáveis. Assim, em fins de 2012 na CAPES haviam 32 programas na subárea de Planejamento Urbano e Regional, dos quais a maioria em Desenvolvimento Regional.

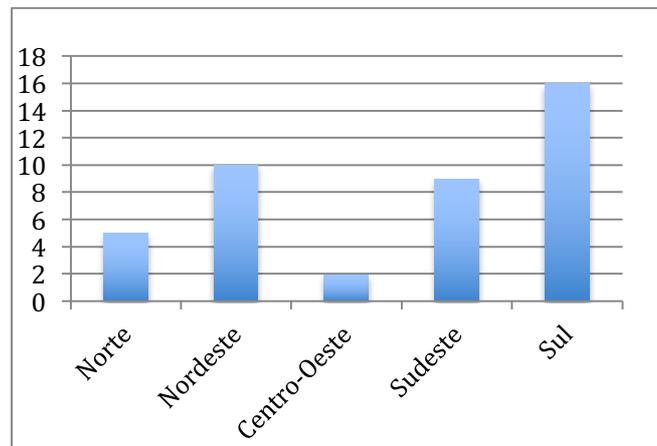
Este incremento de centros produtores de conhecimento acadêmico-científico no Brasil, sendo uma grande chance para a retomada da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil, resultou também em alguns desafios para consolidação e aperfeiçoamento da produção e disseminação deste conhecimento como debatido, naquele período, na própria Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Buscou-se (i) criar mecanismos de intercâmbio entre estes cursos, implantados, na sua maioria, fora das áreas tradicionalmente privilegiadas pela pós-graduação no país<sup>3</sup> e (ii) incrementar canais de interlocução entre os programas voltados para essa temática. A criação de uma revista acadêmica voltada mais especificamente para política e planejamento regional poderia dar uma contribuição neste sentido.

Até mesmo para atender a uma política de interiorização da pós-graduação incentivada por aqueles governos nestas duas últimas décadas, a própria temática dos cursos e programas em Desenvolvimento Regional resultou numa distribuição territorial dos programas em Planejamento Urbano e Regional diferente daquela de uma boa parte da pós-graduação brasileira que se concentra no Sudeste e nas metrópoles do país. Assim, em termos macrorregionais, um número grande de novos cursos e programas em Desenvolvimento Regional foi criado no Sul e Nordeste e não no Sudeste. Além disso, se durante as duas décadas anteriores, os programas e cursos em Planejamento Urbano e Regional e Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes, esse padrão mudou com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais afastadas dos principais centros do país.

---

<sup>3</sup> O lançamento conjunto pela CAPES e pelo Ministério da Integração Nacional do Edital Pró-Integração em 2013 visou dar oportunidades de cooperação entre entidades e programas cujo trabalho foi voltado à temática da política e desenvolvimento regional e congêneres.

**Gráfico 1 - Distribuição Macrorregional dos Cursos em Planejamento Urbano e Regional (em 2010)**



Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br>)

Aproveitando a conjuntura política favorável a respeito do reconhecimento das desigualdades regionais, da necessidade de políticas de ordenamento do território e de planejamento regional e de outras medidas, esses cursos começaram a investigar as mais diversas facetas e escalas dos problemas do desenvolvimento regional e a procurar elaborar diagnósticos, de forma a contribuir na elaboração de propostas e medidas para transformações.

Julgou-se, então, naquela época que uma revista no campo de conhecimento do desenvolvimento regional, especialmente voltado para questões da política e do planejamento regional, poderia dar uma importante contribuição para a consolidação das reflexões e proposições cuja elaboração se encontra bastante dispersa pelo Brasil inteiro.

## **2. Antecedentes e iniciativa**

Foi naquele momento que Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com outros órgãos do Governo Federal e de governos estaduais começaram a organizar em cada unidade da federação uma Conferência Estadual de Desenvolvimento como etapa preparatória da realização de uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Nacional que ocorreria em Brasília. Objetivou-se, com isto, criar um “momento privilegiado para a construção participativa de uma nova PNDR. Uma política elaborada a partir de um amplo debate sobre o futuro que se deseja para o País, e por que meios pretendemos alcançá-lo” (Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012).

Coincidindo com este movimento a nível de governo, um grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) em articulação com colegas de outras instituições, tomou a iniciativa, reconhecendo os desafios acima mencionados, de organizar um seminário (itinerante) sobre a temática do desenvolvimento regional como meio de mobilizar a comunidade acadêmica e estimular a produção acadêmica e a troca de ideias e de propostas. Em agosto de 2012, como resultado deste esforço, realizou-se no Rio de Janeiro o I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES) que, desde então, está sendo organizado, bianualmente, como evento da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) em diferentes lugares e por diferentes equipes no Brasil. Em sua quarta edição, o próximo SEDRES acontecerá em setembro de 2018 na Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas (TO).<sup>4</sup>

Foi durante este evento, que contou com a presença do então Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional, que a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional demonstrou seu interesse em criar e editar uma revista na área de política e desenvolvimento regional e nos consultou sobre a possibilidade de assumirmos esta tarefa. A intenção inicial da Secretaria era disponibilizar um primeiro número dessa revista na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, programada para março de 2013, como culminação de um processo de consultas, então em curso em todos os estados do país, a respeito da formulação de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Na impossibilidade de conceber e viabilizar uma revista em prazo tão curto e que cumprisse os critérios mínimos de um periódico técnico-científico, essa ideia foi abandonada o que permitiu elaborar, ao longo dos anos 2012 e 2013, um formato inovador para sua gestão. No seu lugar – como uma espécie de “número zero” da revista – foi publicada, em março de 2013, uma coletânea com contribuições de algumas importantes discussões ocorridas durante o processo de consulta à sociedade por ocasião dessa formulação da PNDR II. Essa coletânea, publicada em 2013 sob o título “Política e Planejamento Regional – uma Coletânea”<sup>5</sup>, antecipando com isto já o nome da própria revista, serviu como primeira expressão do periódico na medida em que abarcou um amplo debate e uma interlocução com diferentes segmentos da sociedade.

---

<sup>4</sup> As edições II e III do SEDRES aconteceram respectivamente em Campina Grande (PB) e Blumenau (SC).

<sup>5</sup> RANDOLPH, R.; TAVARES, H. M. (Orgs.). *Política e Planejamento Regional – Uma Coletânea*. Brasília: Gráfica Movimento, 2013, 224 p., ISBN 978-85-66507-01-0

Durante o ano de 2013, foram criadas as condições de publicação do primeiro número da RPPR no primeiro semestre de 2014. Como uma das suas finalidades principais, a revista pretende estabelecer e manter cooperação, intercâmbio e debate de informações e experiências entre acadêmicos e pesquisadores da área, gestores públicos, representantes de instituições e profissionais envolvidos na formulação e implementação de políticas e planos regionais, bem como na aplicação de instrumentos de planejamento, desenvolvimento regional e gestão territorial. Este objetivo orientou o formato de sua gestão para que incentivasse tanto reflexões científico-acadêmicas, inclusive de cunho crítico, como o debate acerca de experiências práticas de gestores e técnicos envolvidos na sua temática.

Assim, foi constituído um Conselho Gestor cujos membros pertencem tanto à academia tal como a instituições governamentais envolvidas no desenvolvimento regional. Integram este Conselho representantes da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) pelo lado dos formuladores e gestores de políticas; e representantes da Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) por parte da reflexão científico-acadêmica e crítica. As reuniões anuais da Comissão Editorial da RPPR com a Comissão Editorial são os fóruns privilegiados para debater as questões que surgem tanto do ambiente acadêmico como das preocupações dos gestores de política e que dizem respeito a linha editorial da revista.

Sem querer mencionar nomes, é preciso destacar a presença entre 2014 a 2016 do falecido Prof. Rodrigo Ferreira Simões neste Conselho, como representante da ANPUR. Ele teve uma singular importância, durante esta primeira fase de implantação e consolidação da RPPR, não apenas porque contribuiu com seus valiosos e competentes conselhos para o debate sobre estratégia e programação da revista, mas foi sempre, com suas opiniões fortes e decididas, um engajado defensor da linha editorial e da natureza técnico-científico da revista e da necessidade do diálogo entre a produção científica e experiências práticas na área de política, planejamento e desenvolvimento regional.

### **3. Implantação e consolidação**

Como explicitado anteriormente, a concepção da RPPR coincidiu com um momento de grande mobilização em torno da formulação de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II). Essa Política Nacional chegou a uma primeira consolidação na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional em março de

2013, onde culminou todo um processo de consultas e envolvimento de segmentos sociais em diferentes unidades da federação que contribuíram com suas sugestões e reivindicações. Desde então, essa formulação está tramitando pelos caminhos pertinentes em governo e parlamento, mas não chegou a ser aprovado como lei como era a intenção original dos seus idealizadores.

Entretanto, independentemente do resultado da tramitação no Congresso Nacional dessa ou de outra Política Nacional de Desenvolvimento Regional, compreendemos que dar início ao processo da sua formulação significou um forte sinal de vontade política do então governo que evidenciou a importância do nível regional para a solução dos problemas de desigualdades sócio-econômico-territoriais da sociedade brasileira. E, mesmo quando a agenda política possa mudar, esses problemas permanecerão um desafio para a criação de uma sociedade mais igualitária e justa.

Há de se considerar, para poder combater as injustiças, os níveis de violência, opressão e exploração no país, as diferentes escalas das articulações sociais, econômicas, políticas e culturais e sua diversidade. Qualquer Política de Desenvolvimento Regional – seja nacional ou não – ou mesmo Política Regional de Desenvolvimento, precisa contemplar orientações gerais em duas direções: (i) que se identifique a inserção dessa Política num contexto social, político e institucional mais amplo e abrangente como na questão do federalismo e do pacto federativo, de uma reforma tributária, de um fundo específico, etc., mas que (ii) contemple também o desdobramento desse gigantesco desafio em políticas e planejamentos específicos e dedicados a determinados assuntos, problemas e regiões onde seja mais fácil a elaboração e a formulação e que possam prometer soluções mais rápidas, mesmo sendo parciais.

A própria linha editorial da revista foi se consolidando, no sentido da problematização a pouco apresentada, por meio do próprio esforço de publicar dois números da RPPR por volume nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017, num total de 71 artigos: lançar chamadas de trabalho, fazer uma pré-seleção das contribuições em relação a sua pertinência à linha editorial, encaminhamento a pelo menos dois pareceristas no sistema “*blind review*”, solicitar atendimento aos autores das observações dos pareceres obtidos, a concepção do próprio número, revisão e editoração e, enfim, publicação por via eletrônica ([www.revistappr.com.br](http://www.revistappr.com.br)) e impressa (os volumes 1 e 2).

Mais do que uma mera linha editorial, entendemos que a RPPR, hoje mais do nunca, tem uma missão de contribuir para manter viva e fortalecer a perspectiva

interdisciplinar e alimentar e consolidar o debate sobre políticas, planos e planejamento regionais situando-o:

- *tanto em contextos mais amplos como federalismo e representação regional; federalismo cooperativo; pacto regional e reforma constitucional; centralização e descentralização federativa; federalismo e política pública; arranjos e formatos federativos, institucionais e políticos; cooperação, associação e conselhos regionais e intermunicipais; participação, mobilização e regionalismo;*
- *como mesmo a nível da própria política onde podem ser abordadas temáticas como políticas e planos regionais; fundos regionais e questões fiscais; legislação, formulação e experiências; políticas setoriais com implicações territoriais/regionais como políticas sociais (saúde, educação, migração etc.), econômicas (industriais, agrárias etc.), de infraestrutura (transporte, mobilidade em geral etc.);*
- *como também num patamar mais aplicada a questões de planejamento, gestão, governança e governabilidade regionais; conflitos e coesão; integração e inovação; desigualdade e desenvolvimento; divisão e mercado do trabalho; hierarquia urbana e rede das cidades;*
- *ou mesmo no âmbito das alternativas e críticas relativas às propostas e práticas estabelecidas de políticas e práticas de planejamento regional como experiências inovadoras de políticas de combate às desigualdades regionais; de formas de planejamento regional comprometidas com a justiça socioambiental e territorial e o fortalecimento da cidadania em diferentes escalas (planejamento "insurgente"); movimentos, mobilizações e reivindicações sociais acerca da apropriação e do uso justo do território e outras temáticas semelhantes.*

O foco territorial não está limitado ao Brasil e à América Latina; a linha editorial está voltada também para experiências e discussões em outros países e continentes onde os problemas das desigualdades regionais foram objeto de reflexão e intervenção dos governantes ou da sociedade; sendo apreciada a apreensão crítica junto a características diversas de outros países ou análises comparativas entre essas experiências com a realidade brasileira.

A RPPR tem como públicos-alvo acadêmicos e pesquisadores da área, gestores públicos, representantes de instituições e profissionais envolvidos na formulação e implementação de políticas e planos regionais, bem como na aplicação de instrumentos de planejamento, desenvolvimento regional e gestão territorial. Assim sendo, pretende

contribuir com os trabalhos publicados para estabelecimento e manutenção de cooperação e intercâmbio de informações e experiências com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, bem como acadêmicos, pesquisadores e atores relacionados ao campo de estudo e pesquisa do periódico.

#### **4. Balanço das publicações dos volumes 1 a 4 da RPPR (2014 a 2017)**

Assim, após um exaustivo e árduo trabalho de mais de quatro anos, Editores e Comissão Editorial estão cientes que ainda existe muito trabalho a ser realizado para que a revista e seus autores obtenham o reconhecimento que é essencial para incentivar autores de publicar nela.

##### *4.1 Bases de dados e indexadores*

Em 2017, houve um avanço significativo em relação à inserção da RPPR em bases de dados e indexadores que é um dos critérios utilizados na avaliação da CAPES com objetivo de atribuir um conceito para as revistas acadêmicas. Além de permitir que a revista obtenha uma boa avaliação pela CAPES, a inclusão nessas bases de dados garante uma maior visibilidade dos artigos publicados. Consequentemente, uma maior divulgação pode significar maior número de citações, criando uma sinergia que eleva o fator de impacto da revista.

Atualmente, a RPPR está incluída nas seguintes bases de dados e indexadores:

Latindex

<http://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=24449>

DOAJ

<https://doaj.org/toc/2358-3592?source={>

Google Scholar

<https://scholar.google.com.br/citations?user=PIM8qvQAAAAJ&hl=pt-BR>

Periódicos Capes

ResearchBib

<http://journalseeker.researchbib.com/view/issn/2358-3592>

Academia.edu

Diadorim

Livre

<http://www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre>

ROAD

<https://portal.issn.org/resource/issn/2358-3592#.WYQH7YTyvcc>

REDIB

<https://www.redib.org>

ERIH PLUS - European Science Foundation (ESF)

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/>

Sumários.org

Scientific Indexing Services

<http://sindexs.org/JournalList.aspx?ID=3672>

Citefactor

Infobase Index

<http://www.infobaseindex.com/index.php>

#### 4.2 Análise dos artigos publicados e de seus autores na RPPR – 2014 a 2017

Foi realizada uma análise e balanço dos artigos publicados na RPPR desde seu primeiro volume em 2014 até o último número publicado em 2017 (nº 2 do volume 4) conforme os seguintes critérios de: Localização dos autores por instituição; Localização dos autores por região; Classificação dos grupos temáticos; e Referência territorial dos trabalhos e temáticas.

A seguir cada um destes pontos será trabalhado.

##### 4.2.1 Localização dos autores por instituição

Um dos critérios para avaliar a penetração da revista no meio acadêmico relevante é a distribuição institucional dos seus autores. Para ser bem avaliada, uma revista deve apresentar um perfil diversificado tanto em termos de autores como do seu vínculo institucional. Numa análise do pertencimento dos autores a suas respectivas instituições se obteve o seguinte resultado;

De 111 autores *identificados em instituições*,<sup>6</sup> em 22 delas trabalham autores com dois ou mais artigos publicados conforme mostra a Tabela 1 na página seguinte.

Apesar de uma certa primazia de autores da UFRJ (ou mesmo do Rio de Janeiro, considerando os autores da UFRRJ), a presença de apenas 8,11% (ou 10,91%) autores não chega a significar uma concentração significativa. Mesmo considerando – neste grupo de instituições – aquelas da mesma região, o Sudeste congrega apenas 20,72% dos autores (considerando ainda aqueles da UFMG e UNICAMP).

---

<sup>6</sup> Neste caso, pessoas que publicaram mais de um artigo foram contadas conforme o número de artigos quantas vezes foram autores.

**Tabela 1 – Localização dos autores**

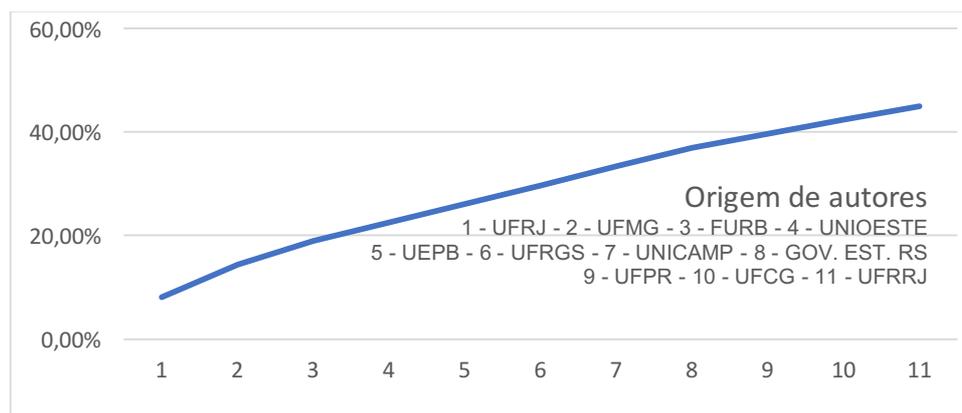
TOTAL	111	100%
UFRJ	9	8,11%
UFMG	7	6,31%
FURB	5	4,50%
UNIOESTE	4	3,60%
UEPB	4	3,60%
UFRGS	4	3,60%
UNICAMP	4	3,60%
GOV. Estado do RS	4	3,60%
UFPR	3	2,70%
UFCG	3	2,70%
UFRRJ	3	2,70%
11 com dois	22	19,82%
Subtotal	72	64,86%

Fonte: Elaboração própria

Aproximadamente ao mesmo patamar chegam as instituições da região Sul com 18% de autores neles abrigados que agregam, além das universidades da região, também autores do Governo Estadual do Rio Grande do Sul.

Duas universidades do Nordeste abrigam mais 6,3% dos autores, completando a quase metade dos autores no Brasil (45,05% dos 111 autores) de origem dos artigos publicados.

**Gráfico 2 – Localização dos autores**



Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.2 Localização dos autores por região

A contagem de todos os autores (agora apenas uma vez, desconsiderando quantos trabalhos publicaram na sua instituição) dos quais se pode identificar a

localização por meio da instituição à qual se declara vinculado, alcança um total de 102 autores. A distribuição de seus vínculos institucionais pode ser observada na Tabela 2.

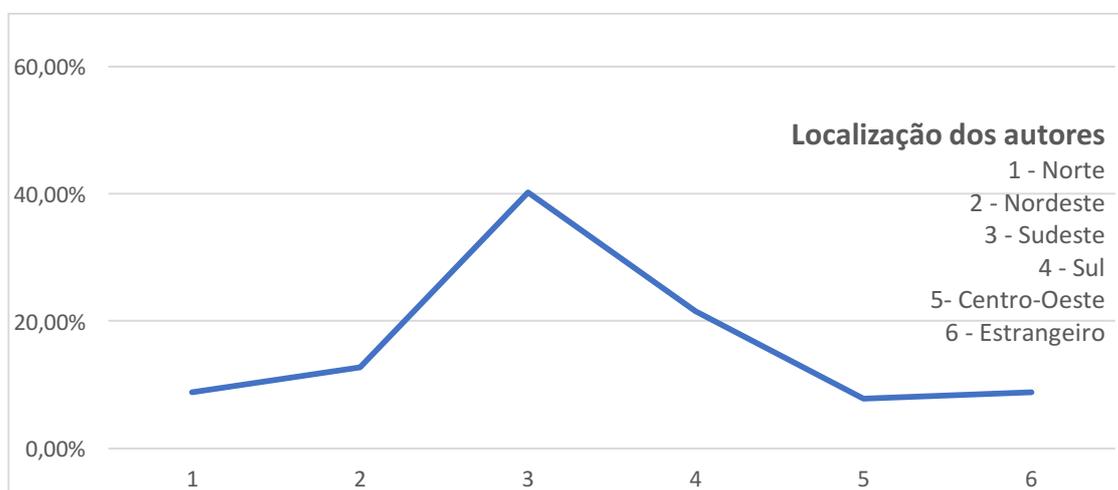
**Tabela 2 – Autores por região**

Região	Nº	Porcentagem
Norte	9	8,82%
Nordeste	13	12,75%
Sudeste	41	40,20%
Sul	22	21,57%
Centro-Oeste	8	7,84%
Estrangeiros	9	8,82%
Total	102	100,00%

Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 3, em comparação com as informações apresentadas no item 4.1, mostra uma concentração maior da localização de todos os autores no Sudeste e no Sul que contribuíram para a publicação de artigos na RPPR. Isto não é muito surpreendente porque nessas regiões estão localizadas ainda muitas instituições onde se encontram os autores de uma forma mais dispersa (do que naquelas que se identificou antes).

**Gráfico 3 – Localização dos autores**



#### 4.2.3 Classificação por grupos temáticos

Na Tabela 3, na página seguinte, encontra-se o resultado de uma análise e classificação dos assuntos abordados nos trabalhos, sistematizados em 7 grandes grupos:

**Tabela 3 – Classificação de Grupos Temáticos (considerando todos os artigos publicados)**

A indicação (x/y) atrás dos itens se refere ao número em que esse assunto pode ser encontrado: 1º indicação x → volume; 2º indicação y → nº do volume

<p>1. Políticas, estratégias etc. contra desigualdades regionais (2/1)</p> <p>2. Relação entre política e território; como a política “produz” – ou não – o território (2/2)</p> <p>3. Planos e programas nacionais e seu significado para o território (3/1)</p> <p>→ Planejamento no novo-desenvolvimentismo (DEBATE 4/2)</p>	<p>1. Questão regional e desafios do desenvolvimento (1/1)</p> <p>2. Existência (ou não) de uma política regional no Brasil (2/1)</p> <p>3. Política Regional, Desenvolvimento e a PNDR II em Formulação (1/2)</p> <p>(DOSSIÊ - 1/2)</p>	<p>1. Federalismo (3/1)</p> <p>2. Formatos político-institucionais e sociais de reordenamento do território (2/2)</p> <p>→ Arranjos institucionais ver 3/2</p> <p>3. Cooperação Inter federativa, governança e atuação local/municipal (3/2)</p> <p>→ Governança e expansão metropolitana,</p> <p>4. Formulação e operacionalização das políticas públicas em diferentes níveis de governança (3/2)</p> <p>→ Modalidades de governança (4/2)</p>	<p>Escalas políticas em diferentes territórios (<i>política de escala</i>) (1/1), (4/2)</p> <p>→ NE, Norte, Sul, Centro-Norte</p> <p>→ Casos de outros países (LA, 3/2)</p> <p>→ Cooperação transfronteiriça (1/1)</p> <p>→ transição urbano-rural, demografia</p>	<p>1. Grandes investimentos e megaprojetos e sua relação com região e ao território (1/2)</p> <p>→ grandes investimentos e população (1/1)</p> <p>2. Difusão de novas tecnologias e implantação de Parques Tecnológicos (3/1)</p> <p>→ política de C&amp;T (1/1)</p> <p>→ arranjos e sistema produtivos e <i>Invocativos Locais</i> (4/2)</p>	<p>Aspectos específicos e setoriais de política e desenvolvimento (regional e urbana) (1/1), (1/2), (2/1), (2/2)</p> <p>a) agricultura, reforma agrária, agricultura familiar</p> <p>b) meio ambiente, justiça ambiental mudanças climáticas, água</p> <p>c) econômicos, questões fiscais, estratégias empresariais, sistemas produtivos,</p> <p>d). turismo e desenvolvimento (sem nenhuma consolidação) (4/1)</p> <p>→ política de turismo (4/2)</p>	<p>Problemáticas de análise, compreensão, aproveitamento e exploração do território (4/1) – aspectos metodológicos</p>
---	--	--	--	---	--	--

1. Para o primeiro grupo (primeira coluna) considerou-se trabalhos que abordam de uma forma mais geral e abrangente as relações entre Estado, política e território. São voltados a desigualdades regionais e programas nacionais sem uma menção explícita de política regional;

2. No segundo grupo a atenção está voltada para a política regional, suas diferentes formas e experiências; aqui a discussão da PNDR tem um lugar de destaque;

3. Na terceira coluna foram agrupadas aquelas contribuições para o debate mais abrangente de formatos institucionais de políticas que levam também a uma reflexão sobre o federalismo brasileiro, por um lado, como também a questões mais operativas das políticas públicas;

4. A expressão territorial e social dos problemas e das políticas em diferentes escalas é objeto dos artigos do quarto grupo;

5. Na quinta coluna são classificados os temas que tiveram uma certa prominência em determinado momento e que devem atrair as atenções no futuro: são os grandes investimentos, por um lado, impulsionado pelas experiências no Brasil dos grandes eventos esportivos; e, por outro lado, uma discussão sobre espaço e inovação, política tecnológica e parques e polos;

6. Há um grupo de trabalho dedicado à investigação de aspectos mais setoriais da política e do desenvolvimento regional. Abordam assuntos como agricultura, meio ambiente, econômica e de turismo num recorte setorial;

7. alguns poucos trabalhos dedicam-se a problemas analíticas de abordagens territoriais e aspectos mais metodológicos de investigações territoriais.

O que se pode depreender deste resultado é que o conjunto das reflexões, das questões levantadas e dos assuntos trabalhados na grande maioria dos artigos confirma nossa linha editorial que procura, exatamente, incentivar debates e discussões não apenas de políticas e planejamento regional de uma maneira limitada.

É, então, a própria realidade das preocupações e da prática dos autores que mostra legitimidade e necessidade de uma revista como a RPPR.

#### **4.2.4 Referência territorial dos trabalhos e temáticas**

Com a observação do *referencial territorial* dos artigos pretende-se diferenciar abordagens distintas que trazem contribuições diferentes. Trabalhar com o “território” não significa automaticamente que se precise “localizar” as preocupações, assuntos ou objetos de investigação em um determinado “lugar”.

Pode-se distinguir, por um lado, entre trabalhos que investigam as relações mais gerais da articulação entre política e território onde, apesar de seu conteúdo territorial,

não se faz referência explícita a lugares específicos – geralmente referindo-se a uma escala nacional ou ainda maior. Estes trabalhos são importantes porque apresentam, geralmente, reflexões com uma envergadura maior que, na melhor das hipóteses, podem balizar até trabalhos voltados para realidades específicas.

Por outro lado, há aqueles artigos voltados para realidades (e territórios) específicas e (de) limitadas que trazem um conhecimento mais empírico-concreto como principal contribuição ao conhecimento acadêmico. Trabalhos mais “aplicados” se enquadram, geralmente, nesta categoria na medida em que propostas mais específicas tem um referencial mais delimitado. Mas, nem sempre isto precisa ser o caso – e talvez serão esses os artigos cuja discussão pode contribuir para consolidação e aprofundamento de uma área de conhecimento.

Na Tabela 4 encontra-se essa diferenciação: na primeira linha são representados aqueles artigos com um recorte territorial mais geral; geralmente se referindo ao Brasil. Há alguns poucos onde mesmo essa referência implícita é muito tênue.

Nas demais linhas vê-se a indicação dessa referência explícita dos artigos que aqui só são agrupados por região e estados da federação.

Tabela 4 – Referencial Territorial (em escala estadual e regional) de Trabalhos e Temáticas

Região	Estado	nº de publicações	assuntos
Geral / Brasil		22	federalismo, desenvolvimento (regional), desigualdades, política, planejamento e estratégias, agentes, arranjos, escalas, PNDR, capacidades estatais e governança colaborativa, inovação, reforma agrária, comunidades rurais, conflitos, território, transportes, redes
N	AM – terr.	2	impactos ambientais - plano nacional de mineração; idem – sustentabilidade;
	RO/PA	2	BNDES – socio-ambiental; FNO
	Matopiba	1	agricultura subdesenvolvida
	Centro Norte	1	desenvolvimento regional
	<b>Total</b>	<b>6</b>	
NE	> 1 Estado	5	desigualdades nas mesorregiões; cultura e política; política da água; mudanças climáticas; Operação NE e PNDR;
	PB	3	revitalização Rio São Francisco; PCT; polo regional de serviços
	RN	2	PNAE; expansão do ensino superior;
	PE	1	cultura no campo das políticas públicas – povos tradicionais – pop. rurais;

	MA	1	planejamento territorial;
	BA	1	Assessoria técnica – reforma agrária
	<b>Total</b>	<b>13</b>	
SE	RJ	6	Porto do Açu (2x); governança e desenv. territorial; região serrana; interiorização do turismo; periferia metropolitana;
	SP	3	mobilidade pendular; expansão metropolitanas; governança territorial;
	ES	2	áreas de transição rural-urbana; etnodesenvolvimento pela agricultura,
	MG	1	expansão da fronteira minerária;
	<b>Total</b>	<b>12</b>	
Sul	RS	2	escalas de poder - políticas desenv. regional; programa de combate às desigualdades regionais;
	PR	2	turismo solidário em comunidades tradicionais; desafios escalares
	SC	1	mudança da política de descentralização;
	<b>Total</b>	<b>4</b>	
C-O	DF	2	metropolização da região; eixo Brasília-Anápolis-Goiânia
	MT	1	território rural;
	<b>Total</b>	<b>3</b>	
Múltiplas regiões >2		<b>2</b>	desenvolvimento e guerra fiscal; cooperação interfederativa
Estrangeiro	AL	1	
	Argentina	4	
	Uruguai	1	
	Peru	1	
	Colômbia	1	
	<b>Total</b>	<b>8</b>	

O número de artigos que se encontram em determinada condição (referência territorial) foi indicado numa coluna e, na última, encontram-se breves palavras-chaves dos assuntos que são tratados com referência ao território indicado. Obviamente, a escala desse recorte territorial pode variar entre regional, microrregional ou mesmo local (em casos onde há alguma articulação com o regional).

É interessante observar como as distribuições das localizações de instituições e autores não tem o mesmo padrão do que essa distribuição das “localizações” das temáticas – interessante, mas talvez não muito surpreendente.

Dos 71 trabalhos que pudemos identificar, uma boa parte se encaixa naquela categoria de reflexões e abordagens que contemplam as relações política, desenvolvimento e território, mas se encontram em patamar superior a uma investigação de realidades (territórios) delimitadas. Nos demais 49 artigos encontram-se indicações mais explícitas a determinados casos localizados (local-regional) e que foram, conforme disto contado nas regiões e Estados que se encontram na Tabela 4.

A Tabela 5 mostra o quadro quantitativo dos assuntos dos artigos entre regiões e estados, já ordenado por número de ocorrência.

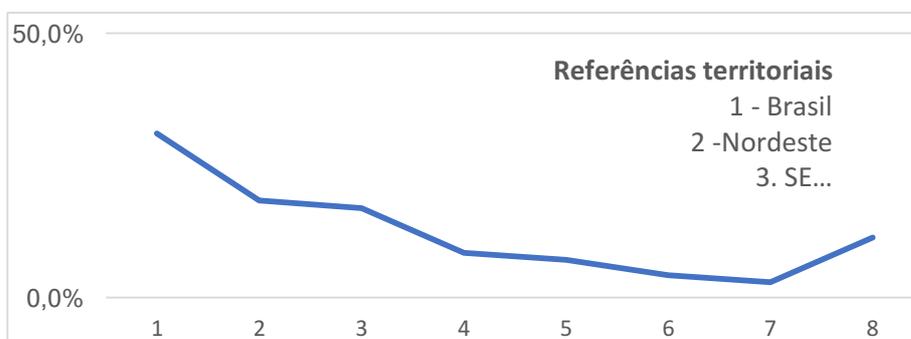
**Tabela 5 - Regionalização das temáticas**

Território	nº de artigos	
	absoluto	em %
Brasil	22	31,0%
Nordeste	13	18,3%
Sudeste	12	16,9%
Norte	8,5	8,5%
Sul	5	7,0%
Centro-Oeste	3	4,2%
Múltiplo	2	2,8%
Estrangeiros	8	11,3%
Total	71	100,0%

A representação gráfica deste resultado se encontra no Gráfico 4. Vale notar que, em termos das macrorregiões do país, existe um número um pouco maior voltado para o Nordeste (e seus estados) do que o do Sudeste. Se isto talvez não seja tão surpreendente, não se esperava que, apesar de uma presença grande de pesquisadores e instituições localizados no Sul do país, o número de artigos voltados para assuntos daquela região é muito reduzido.

Acredita-se que levantamento, sistematização e análise dessas informações podem ser mais aprofundados e aperfeiçoados: para os fins desse dossiê acreditamos que esse relato é suficiente para permitir o entendimento da RPPR.

**Gráfico 4**



## **5. Conclusão – Breve balanço e perspectivas**

Uma comparação entre os resultados dos Itens 4.3 e 4.4 permite afirmar que não há uma distância significativa entre a proposição da linha editorial da RPPR e aquela parte, nela publicada, da “práxis” da produção de conhecimento sobre política e planejamento regional.

Eis, talvez, a mais importante conclusão depois de quatro anos de publicação de uma revista que conseguiu – em boa medida, mas sempre possível de ser melhorado – o que tinha se proposto na sua linha editorial: incentivar, acolher e divulgar uma produção acadêmica e experiências profissionais ligadas a política e desenvolvimento regional comprometida com uma perspectiva interdisciplinar e, também, crítica.

Mas o desafio para a RPPR, nestes tempos novos, é hoje de manter a chama de política e planejamento regional acesa na convicção da importância da causa do desenvolvimento regional e social para a sociedade brasileira. E de não arredar o pé para continuar a mostrar a importância dessa temática apesar de que as mudanças mais recentes não parecem atribuir essa importância a questões como as desigualdades sociais e regionais que continuam tão prementes como nunca.

Diante das recentes transformações das “capacidades governativas de intervenção” e da reformulação das agendas de atuação do Governo, convida-se a todos encaminhar a RPPR suas investigações, análises, diagnósticos, debates e discussões críticas ou sobre condições presentes e futuras das possibilidades e limitações de agendas regionais no Brasil. E reflexões sobre possibilidades e limitações tanto em termos estruturais em diferentes escalas e níveis de profundidade como em vista a conjunturas que possam abrir ou fechar oportunidades de perseguir um dos maiores desafios para qualquer governo: o reconhecimento de sua responsabilidade para atuar a favor da redução das desigualdades regionais e sociais deste país